



M
S. T. F.
PATRIMÔNIO
Nº 056.325-6

25/01/79

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XVI — Nº 150

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo a solicitações formuladas na sessão conjunta de 23 do corrente, com aquiescência do Plenário, resolve alterar o programa estabelecido para a apreciação dos vetos presidenciais pendentes de pronunciamento do Congresso Nacional, na forma abaixo:

a) cancelar a convocação feita para 25 do mês em curso;

b) convocar sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de setembro próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, com a Cadeira do Dia que fora estabelecida para a de 30 do corrente, a saber:

1 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.566, de 1960, na Câmara e nº 33 de 1960, no Senado, que equipara a extralimiteiros-nacionalistas da União servidores das ferrovias federais incorporadas à Rede Ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício;

2 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.073, de 1960, na Câmara e nº 99, de 1961, no Senado, que estende os benefícios do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Campanha Nacional de Tuberculose os beneficiários da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958 e dá outras providências;

3 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.688, de 1960, na Câmara e nº 95, de 1961, no Senado, que estende os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal técnico do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

c) destinar a sessão de 30 do corrente ao prosseguimento do estudo da matéria designada para as de 23, 24, 28 e 29, a saber:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 386, de 1959, na Câmara e nº 58 de 1961 no Senado, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

Senado Federal, 24 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 1º § 2º do Regulamento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se amanhã, 30 de agosto, às 9 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do Parecer proferido sobre a Mensagem nº 471, de 1961 do Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela Comissão Mista designada para estudar a matéria.

Senado Federal, 29 de agosto de 1961

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 71, da Constituição Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO — Nº 11 — DE 1961

Aprava o Acordo Cultural entre o Brasil e o Irã

Art. 1º. É aprovado, para todos os efeitos, o Acordo Cultural entre o Brasil e o Irã, assinado em 27 de novembro de 1961.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77 § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO — Nº 12 — DE 1961

Mantem o ato do Tribunal de Contas de 1958, que registra a União de Contabilidade e Estatística, para a prestação de serviços de contabilidade e estatística.

Art. 1º. O Tribunal de Contas de 1958, que registra a União de Contabilidade e Estatística, para a prestação de serviços de contabilidade e estatística, para a prestação de serviços de contabilidade e estatística.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIÕES MARCADAS PARA SEXTA FEIRA
DIA 1º DE SETEMBRO DE 1961

Comissões Permanentes

I — De Constituição e Justiça — Turma "B", às 15 horas e 30 minutos, na Sala nº 202.

Comissão Especial

De Mudança da Capital, às 16 horas.

3ª Sessão Legislativa da 4ª
Legislatura

PEQUENO EXPEDIENTE

Giordano Alves.
Nicolau Tuma.
Medeiros Neto.
Gabriel Gonçalves.
Pereira Nunes.
Cunha Bueno.
Benedictum Farah.
Valério Magalhães.
Arno Arnt.
Cardoso de Menezes.
Lourival de Almeida.

Plínio Salgado
Aurélio Viana.
Euzébio Rocha.
Gabriel Gonçalves.
Oswaldo Zanevo.
Carmelo D'Agostino.
Mário Gene.
Abel Rafael.
Manoel de Almeida.
Clélio Lemos.
Padre Nobre.
Arno Arnt.
Edgard Freire.
Dager Serra.
Lourival de Almeida.
Neiva Moreira.
Derville Alegrete.
Eraldo Freire.
Flumberto Lucena.
Afonso Celso.
Rezende Monteiro.
Aniz Badra.
Celso Brant.
Broca Filho

Oradores inscritos para o mês
de setembro de 1961

GRANDE EXPEDIENTE

Miguel Bahury.
Nelson Carneiro.

verdadeiro conflito existente em todo o território brasileiro, decorrente da preocupação dos chefes militares, esquivando um pouco o dispositivo traçado pelos Ministros das Forças Armadas, quero voltar minha atenção para os funcionários. Mas, antes de fazê-lo, desejo reafirmar aqui aquilo que tenho dito muitas vezes desta tribuna: o único remédio para acabar com este estado de pré-guerra é o respeito à Constituição, e a posse imediata do Presidente eleito. Os Chefes das Forças Armadas poderiam sair de sua angústia, de sua aflição, se fizessem cumprir imediatamente o dispositivo constitucional. E eles, que são patriotas tanto quanto nós outros, ficariam vigilantes ao lado dos civis para que nenhuma ideologia incompatível com os nossos sentimentos se implantasse neste País. Ficaríamos alerta, como aqui estou. E, que gostaria de estar no Rio ao lado da minha esposa, que foi visitada na madrugada de ontem pela cegonha, não abandono esta Casa, no cumprimento do meu dever. Defenderei a Constituição com todas as forças que Deus me der.

O Sr. Fernando Ribeiro — Quero ser o primeiro a cumprimentá-lo pelo enriquecimento do seu lar com mais um pimpolho.

O SR. BENJAMIM FARAH — Muito obrigado. Eu estou povoando este País porque acredito nos destinos desta Pátria. Acredito neste Brasil grandioso, neste Brasil do futuro, neste Brasil que será a pátria para onde há de convergir todos os corações aflitos e desencantados das ideologias, dos ódios, todos os povos que precisam de um pouco de paz, de um pouco de segurança. Acredito que o Brasil será a Pátria do futuro, que sustentará, em todo o universo, a liberdade, a democracia e a injustiça social. (Palmas).

O Sr. Fernando Ribeiro — Nobre Deputado, V. Exa. falou em inquietação em todas as classes do País. Devo declarar que estou absolutamente calmo, absolutamente seguro da posição que tomei. A Nação teve conhecimento oficial dessas inquietações através da Mensagem do Sr. Presidente da República, Deputado Ranieri Mazzilli, homem que sempre teve livre trânsito no Congresso Nacional. Creio mesmo nenhum outro tenha ocupado a Presidência desta Casa por tantas vezes. De outro lado, o conhecimento da situação que atravessa o País foi dado a saber ao Presidente da República pelos Ministros militares, encabeçados pelo Marechal Denys; que também é um homem que tem a mais ampla aceitação no Congresso Nacional, tanto que o Congresso chegou mesmo a votar uma lei de exceção para que ele permanecesse na ativa, à frente do Exército brasileiro. Veja V. Exa.: esses argumentos, essa situação impõem absoluta calma em relação à situação que reina no País, mesmo porque confio em que as áreas serenas, as áreas responsáveis, vamos dizer, as áreas de maior compreensão do momento atual dentro do Congresso saberão compreender este momento tão grave. Nesta oportunidade não nos colocamos — nem poderia ser de outra maneira — na posição de juizes do Supremo que têm de julgar os fatos e a situação frente a textos frios da lei, ou frente a provas de autos. Nós somos uma casa política, nós julgamos em termos de interesse popular pelo maior ou menor sofrimento do povo. Esta a atitude que, acredito, o Congresso saberá tomar.

O SR. BENJAMIM FARAH — Muito obrigado a V. Exa.

Na verdade, esta Casa é uma casa política e, como tal, saberá como agir perante qualquer Presidente da República não se conduzindo com a dignidade inerente ao cargo, com o respeito às instituições da República. Se o Presidente

te não quiser seguir a nossa política tradicional, o Congresso terá os meios necessários para remediar o mal que porventura decorrer da sua atuação.

Sr. Presidente, eu quero o remédio para acabar com esta guerra, com esta aflição, com este caos econômico, político e militar que está castigando o País, e o remédio é a Constituição, e o respeito à letra constitucional. Se respeitada a Constituição com a posse do Presidente eleito, acaba-se a agitação, os militares continuarão nas suas casernas, os políticos a confiar na sua bravura, na sua dignidade, e eles, os militares, confiarão também em nós, e todos viveremos muito bem. Assim, o Brasil caminhará para os seus destinos e o Presidente que vier poderá realizar uma grande obra. O que não é possível e prejudicial, é dizer que o Presidente que vem já está comprometido com a China e com a Rússia. Então, agora, que passou pelos Estados Unidos, estaria comprometido com aquele país. Aqui mesmo, nesta tribuna, esteve há poucos dias o grande líder de uma corrente ponderada, respeitada, o Senhor Plínio Salgado, que afirmou peremptoriamente não ter o Sr. João Goulart qualquer vinculação com o comunismo. Várias vezes o Senhor João Goulart teve gestos dignos de homem que possui no coração a inspiração de Deus, de homem que todos sabemos ser cristão. Querer impor ao Sr. João Goulart a pecha de comunista é um assunto que me trouxe à tribuna, classificada como violência. Vamos dar posse ao Presidente eleito e aguardar os acontecimentos. Continuaremos vigilantes, até com sacrifícios, fiscalizando para que o Presidente cumpra os dispositivos constitucionais.

Não é este, porém, Sr. Presidente, o assunto que me trouxe à tribuna. Quero, antes de entrar na matéria objeto de minha presença aqui, deixar bem claro dois pontos: primeiro sou pela posse do Presidente eleito, mas, ao mesmo tempo, tenho respeito absoluto pelas autoridades militares; Segundo, não espoo a tese de certos colegas, de que os Ministros fugiram, que estão loucos, que não são patriotas. São homens de bem. O velho Marechal Denys, a quem respeito e admiro pelas suas qualidades de soldado, não pode ser tratado com esse apodamento com que alguns colegas o estão julgando. Creio que S. Exa. está equivocado, tomando uma atitude temerária. Mas não posso duvidar da sua dignidade, não posso deixar de render minha homenagem a seus grandes feitos em benefício da Constituição. Lembro-me de que, em 1955, quando fomos para que a Constituição não fosse ofendida, o Marechal Mendes de Moraes, aqui presente, lutou ao lado do Marechal Denys. Depois foi convocado o Marechal Lott que assumiu a chefia do movimento pelo absoluto respeito à Constituição. Eu vivi aqueles acontecimentos. Estive durante todo o tempo na residência do Marechal Zenóbio da Costa, pois naquela ocasião era eu Secretário da Mesa. Foi buscar muitos Coronéis em casa para tomarem conhecimento do que se estava passando. O Marechal Lott armou, então, aquele dispositivo que permitiu — apesar de o Chefe do Governo de então ameaçar a posse dos eleitos — ser cumprida a Constituição. Felizmente, tudo terminou bem, graças ao patriotismo, à bravura e à dignidade desses Chefes, entre os quais o Marechal Denys. Por isso, acredito que, com sua alta inteligência e elevado patriotismo, há de S. Exa. encontrar recursos condizentes com a gravidade do momento, ajudando a salvar as instituições.

O Sr. Ary Pitombo — A solução não pode ser outra que não a posse legítima do Sr. João Goulart no cargo de Presidente da República. Foi eleito pelo povo e o povo exige seja respeitado o seu desejo. Todos esses milita-

res que falam em nome das Forças Armadas — o que não podem fazer, uma vez que as Forças Armadas estão divididas — querem o impedimento, que o Sr. João Goulart não seja empossado. O que cabe agora — e nesse sentido faço um apelo ao Presidente Ranieri Mazzilli — é que a Constituição seja respeitada em toda a sua plenitude. Esses Ministros estão contra a Constituição e devem ser imediatamente demitidos pelo Sr. Presidente da República. O Sr. Ranieri Mazzilli deve nomear novos Ministros militares para que o País saia do caos, da desordem em que se encontra e volte à normalidade.

Sr. Deputado Benjamin Farah, pode estar certo de que o Congresso cumpriu o seu dever. Já ontem deu o primeiro passo para isto, reconhecendo no Sr. João Goulart e Presidente da República. Esperamos, agora, que o Sr. Ranieri Mazzilli, como Presidente interino da República, demita imediatamente esses Ministros militares e dê ao Brasil a paz que todo o povo deseja.

O SR. BENJAMIM FARAH — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. O nobre colega labora num equívoco quando diz que o Congresso reconheceu ontem o Sr. João Goulart como Presidente da República. Ele o fez quando elaboramos a Constituição de 1946. O que o Congresso fez ontem foi, apenas, ratificar aquilo que já ficara inscrito na Constituição da República.

O Sr. Ary Pitombo — Reafirmou isto.

O SR. BENJAMIM FARAH — Desde que o Sr. Jânio Quadros renunciou, o Congresso se pronunciou, através de seus líderes, pela posse do Presidente eleito. Assim, repetiu o que estava na alma, no coração dos congressistas.

O Sr. Ary Pitombo — O Congresso nada mais fez do que representar o pensamento do povo brasileiro, que se vê manifestando em favor da legalidade. O Sr. Leonel Brizola, no Sul; o Sr. Ney Braga, hoje, pelo "Jornal do Brasil", quando faz uma proclamação ao povo; o bravo Governador Mauro Borges Teixeira, de Goiás; o Governador Juracy Magalhães, da Bahia — todos se manifestaram pela legalidade, pelo cumprimento da Constituição.

O SR. BENJAMIM FARAH — Ninguém nega isso, nobre colega. Todos queremos o respeito à vontade do povo, que aqui representamos. Inclusive, desta tribuna, desde o início declarei que o Exército está dividido, sem prejuízo do meu respeito pelos chefes militares. Tenho conversado com vários militares, sargentos e oficiais das nossas Forças. Verifiquei que estavam profundamente magoados com a prisão do Marechal Lott. Eles são pelo respeito à Lei.

O SR. PRESIDENTE:

(Sérgio Magalhães, 1º Vice) — Advirto o nobre orador de que faltam apenas dois minutos para o término do seu tempo.

O SR. BENJAMIM FARAH — Vou concluir, Sr. Presidente.

Reafirmo: as Forças Armadas estão divididas, e o exemplo disso é a situação do III Exército, no Rio Grande do Sul, cujo comandante foi até substituído, por ordem do Ministro da Guerra.

O Sr. Ary Pitombo — E se as Forças Armadas estão divididas, os Ministros militares não podem falar em seu nome.

O SR. BENJAMIM FARAH — Acredito com a abundância de patriotismo dos chefes militares, eles encontrarão uma solução para a situação de fato em que nos encon-

tramos, evitando que a guerra civil seja desastrosa. Se isso acontecer, a responsabilidade será dos chefes militares, as consequências serão imprevisíveis, e o Marechal Denys, o homem forte do momento, passará a História não como o grande soldado que todos sabemos ser, mas como o responsável pelo derramamento de sangue que enlutará a família brasileira.

O Sr. Saldanha Derzi — V. Exa. com sua atitude, em vez de fazer apelo aos militares pela pacificação, ainda procura instigá-los.

O SR. BENJAMIM FARAH — V. Exa. não está prestando atenção ao que estou dizendo. Não estou pedindo guerra. Desejo a paz.

O Sr. José Menck — Agradeço a oportunidade que V. Exa. me dá, e serei breve. V. Exa. disse que é favorável a posse do Sr. João Goulart na Presidência da República. Isto a Câmara ontem já ratificou, traduzindo os sentimentos do povo brasileiro. O povo do Brasil, num sentido mais geral, e pela posse do Sr. João Goulart e por que seja respeitada a Constituição da República. Mas, Sr. Deputado, somos componentes de uma Casa política, que deve ser sensível a situação de fato que o País atravessa. Patrioticamente, os líderes de todas as correntes partidárias com assento nesta Casa acharam por bem encontrar solução que viesse resolver a crise que nós vivemos, e o remédio legal, acatado pela quase unanimidade do Parlamento brasileiro, foi a votação da emenda parlamentarista. Restamos, agora, evitarmos que o país caia na guerra civil demonstrando ao povo brasileiro que estamos atentos às dificuldades que o País atravessa. Portanto, dirijo a V. Exa. e a todos os líderes desta Casa veemente apelo no sentido de votarmos urgentemente aquilo que ontem garantimos ao povo brasileiro, isto é, a solução legal para a crise brasileira.

O SR. BENJAMIM FARAH — Obrigado a V. Exa.

Vou deixar esta tribuna, infelizmente, não pude dizer o que queria. Pretendia defender os funcionários, mas o sapateiro me desviaram para outros rumos. Nem sempre conseguimos aqui manifestar o nosso pensamento, mas fazemos o que podemos. Agradeço a tolerância de V. Exa. Sr. Presidente, e deixo a tribuna convicto de que Deus há de inspirar nossos chefes militares para que cumpram seu dever, sobretudo evitando um conflito armado. Proclamo meu orgulho de pertencer a este Parlamento, cuja bravura cívica me dá autoridade para, ao menos em minha casa, olhar meus filhos com a cabeça erguida. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Durante o discurso do Sr. Benjamin Farah, o Sr. Clélio Lenormen, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Magalhães, Vice-Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. José de Castro, para uma comunicação.

O SR. JOSÉ DE CASTRO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os eventuais chefes das Forças Armadas, mais uma vez, em manifesto lançado à Nação, se arrogam o direito de falar, não apenas em nome dessas mesmas forças que eles não mais representam (não apoiado), porque inteiramente divididas, mas também em nome de todo o pensamento e sentimento nacionais.

Ora, está comprovado que isso é o que há de mais falso, porque em todos os quadrantes do Brasil, por meio de

opressão policial, apesar da censura reinante e do verdadeiro estado de sítio não declarado no País, apesar disso tudo, as manifestações se sucedem; demonstrando que o Brasil inteiro critica acerbamente a atitude despótica e inconstitucional dos eventuais chefes das Forças Armadas.

Trago aqui uma prova das muitas palavras, um documento que me parece dos mais expressivos, porque o manifesto dos intelectuais brasileiros fala com a inteligência do País; apresentam a cultura acima de interesses, acima de idéologias e partidarias. Eles se pronunciaram para condenar, de maneira veemente, a ilegalidade, a inconstitucionalidade do gesto desses eventuais chefes das Forças Armadas que, exorbitando de suas funções, ferem frontalmente, agredem e atentam contra a Constituição brasileira.

O manifesto que traz assinaturas de mais alta significação da intelectualidade brasileira, do nosso mais alto patrimônio cultural — diz o seguinte:

“Condenamos a intervenção dos Ministros militares no sentido de impor ao Poder Legislativo qualquer forma de violação do texto constitucional, que assegura ao povo brasileiro a prerrogativa de ser governado pelo que foram eleitos nas urnas e diplomados na Justiça Eleitoral. Afirmamos, por consequência, que a ordem e a paz somente podem ser asseguradas com a posse do Vice-Presidente, Sr. João Goulart, no cargo de Presidente da República, uma vez que se acha censurada e irreversível a renúncia do Sr. Jânio Quadros ao exercício da Chefia do Estado.

Condenamos os sofismas e manobras de lódas as espécies, destinadas a evitar que se execute um dispositivo constitucional que é indiscutível pela sua perfeita clareza, quando determina que o Vice-Presidente, eleito juntamente com o Presidente da República, é o seu substituto efetivo em casos de ausência, vaga, renúncia ou afastamento definitivo. E afirmamos, por consequência, que isso se verifica porque, nos termos da Constituição, todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Condenamos os governos títeres de emergência, as intromissões indebitas nos pronunciamentos do Congresso e a censura — como um abuso de poder — contra a liberdade de expressão na imprensa, no rádio e na televisão. E afirmamos, por consequência, que uma democracia deste modo tutelada já é de fato uma ditadura disfarçada.

Condenamos o processo em marcha, em que alguns Chefes Militares se atribuem missão que não lhes compete, pois nenhum poder para isso lhes foi conferido pelo povo. E afirmamos que as classes militares, armadas pelo povo, contra ele e suas mais caras instituições não podem voltar-se, golpeando-as pelas costas.

Condenamos, como subversivas, todas as manobras de cúpula, que levaram à renúncia um Presidente da República e tentam impedir a posse do seu substituto legítimo, uma vez que nenhum cidadão poderá sentir-se livre neste País se dois Presidentes da República, eleitos pela soberania nacional em plenitude, se vêem impedidos de exercer suas funções e prerrogativas constitucionais. E afirmamos, por consequência, a nossa esperança de que o Poder Legislativo e o Vice-Presidente, agora Presidente da República, se coloquem à altura da dignidade e soberania dos seus mandatos nonultrares”.

Assinam o documento:

- Adalgisa Nery — Adalberto Cunha — Afrânio Coutinho — Agildo Ribeiro — Alceu de Amoroso Lima — Alex Viary — Alexandre Hortopan — Anna Palm — Alvaro Lima — Alvaro Moreira — Amaral Gurgel — Antônio Carlos Souza e Silva — Ary de Andrade — Aurélio Buarque de Holanda — Barbosa Melo — Campos Ribeiro — Carlos Heitor Cony — Carlos Lyra — Carlos Scliar — Cicero Costa — Cid Silveira — Delcídio Jurandyr — Dante Costa — Darcy Evangelista — Darcy Ribeiro — Dias Gomes — Dilermando Cox — Dinah Silveira de Queiroz — Rossé Cavaca — Edna Savaget — Eduardo Portela — Elisca Maia — Elvira Foeppel — Eneida — Enio Silveira — Faundes de Menezes — Flávio Tambellini — Francisco de Assis — Francisco S. Gomes — Gaspar Silveira Martins — Gasparino Damatta — Gau Campos — Gumercindo Cabral de Vasconcelos — Haroldo Bruno — Haroldo Maranhão — Hélio Bloch — Henrique Olimpio da Fonseca — Hermes Lima — Hildon Rocha — Hugo Dupin — Ivan Lins — James Amado — Jesse Valadão — Joel Silveira — Jorge Amado — Jorge Dória — Jorge Goulart — Jorge Souza Santos — José Antônio Pessoa de Queiroz — José Carlos Oliveira — José Condé — José Guilherme Mendes — José Guimarães — José Honório Rodrigues — José Junqueira — José Mauro Gonçalves — José Noqueira Filho — José Renato dos Santos Pereira — Justino Martins — Leopoldo Teixeira Leite — Lúcia Benediti — Luís Luna — Luís Santa Cruz — Marcelo Brasileiro de Almeida — Mário Barata — Mauro Lago — Maurilônio Meira — Mício Tati — Moacir Werneck — de Castro — Moacyr Félix — Nazareno Tourinho — Nestor de Hollanda — Nora Ney — Norma Benguel — Oduvaldo Ivanna — Oduvaldo Vianna Filho — Oliveira Bastos — Paulo Francis — Paulo Silveira — Pedro Gouvêa Filho — Pedro Lafayette — Rachel Pedro Moacyr — R. Magalhães Júnior — Reginaldo Guimarães — Ribamar Ramos — Ruy Medeiros — Santos Moraes — Waldyr de Castro Manso.

Aí vêem V. Exs., Sr. Presidente e nobres Deputados, que, pelo menos, a inteligência brasileira, a elite do pensamento, o patrimônio cultural do País, os que pensam, sentem e representam as tradições de nossa terra e de nossa gente, se pronunciaram para criticar, para opor a força de sua inteligência ao despotismo prussiano dos falsos chefes militares. (Muito bem).

O SR. LEOPOLDO MACIEL:

Peço a palavra para uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Sérgio Magalhães — 1.º Vice) — O nobre Deputado Maurício Joppert já me havia solicitado a palavra para uma comunicação urgente, por isso terei que dar a palavra a S. Ex.ª.

O SR. LEOPOLDO MACIEL: Peço então a V. Ex.ª reservar minha inscrição.

O SR. MAURICIO JOPPERT:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. (Para uma comunicação). Sem revisão. Deputados, não tenho falado, mas tenho ouvido muito. Estou seguindo aquele conselho do poeta inglês Keats: não se deve perder a cabeça, quando todos a perdem.

Tenho assistido a um movimento muito pronunciado de tirar partido da situação, de atiquilar o espírito do País com oficiais tendenciosas, fal-

sas. Tenho ouvido grandes discursos entre as discussões correntes, como o do Deputado Afonso Arinos, que não era parlamentarista. Fiquei contra o parlamentarismo, acusando os seus escritos e lembrando-me de que desguisemos um império que era parlamentarista, por motivos de corrupção, de desmoralização, de falta de autoridade. O Deputado Eloy Dutra, que não é do meu partido, pronunciou também um discurso notável. O mesmo fizeram os Deputados João Mendes e Munhoz da Rocha. Proclamaram tomar um rumo. Nenhum de nós é contra a Constituição. Nenhum de nós deseja ver seu País convulsionado; nenhum de nós quer rasgar a Carta Magna, pela qual nos regemos. Não quero, porém, no momento, discutir a questão, que estou aprendendo com aqueles que a estudiam bem e que a conhecem. Desejo chamar a atenção desta Casa para o crime que acaba de ser cometido contra a Pátria, ao se afundarem na Bahia do Rio Grande, três chatas carregadas de pedra.

Sr. Presidente, sou engenheiro, acompanhei o trabalho de desobstrução daquela barra, onde mobilizamos as maiores capacidades técnicas do Brasil e do mundo para conseguir um trabalho realmente notável. Quanto custou a inteligência, de experiência e de dinheiro?! Era um problema dos mais difíceis de engenharia hidráulica e marítima, resolvido com sucesso brilhante, abrindo o comércio do Rio Grande do Sul ao resto do mundo. Arruinar três chatas carregadas de pedra é tomar medida contra si próprio, contra a economia do Estado. Já se fez isto em 1930. Um louco aconselhou o governo revolucionário naquele tempo a tomar tal medida. Gastou-se uma soma fabulosa. Escafandistas dos melhores que tinhamos e que mandamos para lá morrerem, porque o local é dos piores do mundo para o trabalho. Há uma corrente formidável impedindo que o homem, mergulhado naquela profundidade, faça as amarrações, coloque o explosivo e tome outras providências. Agora, repete-se a aventura, sem interesse militar, sem utilidade prática alguma; porque não entram os navios que fazem o comércio marítimo internacional, mas os navios de pequeno calado; os navios que a Marinha possui, podem entrar. Tenho a certeza de que a nossa Marinha não seria tão louca em mandar navio bombardear a cidade.

O Sr. Bagueira Leal — Permissão V. Ex.ª.

O SR. MAURICIO JOPPERT — Estou falando na qualidade de engenheiro que vê o problema político do seu país, e meu tempo é curto. V. Ex.ª falará depois e terá prazer em ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE:

(Sérgio Magalhães — 1.º Vice) — Infelizmente o orador está fazendo uma comunicação urgente, em caráter excepcional. Não pode conceder apertês.

O SR. MAURICIO JOPPERT — Sr. Presidente, é preciso não perder a cabeça quando todos a perdem. Não posso compreender como o governo riograndense, que deve velar pela economia de seu Estado, tome esta medida contra ela. Os barcos de guerra que lá estão...

O Sr. Bagueira Leal — Foi realmente um crime, porém, dentro em pouco, virá alguém declarar o ato patriótico.

O SR. MAURICIO JOPPERT — Estou pensando em como se tirarão aquelas chatas e no sacrifício que isso imporá. Foi um crime cometido contra a Pátria.

Vamos defender a Constituição, restabelecer a harmonia na família brasileira, evitar a guerra civil, mas não cometamos crimes contra a Pátria. (Muito bem). Não estamos em guerra. Isto se faz contra a ameaça de

ações estrangeiras, não dentro do próprio País.

Sr. Presidente, não sou riograndense, mas quero muito ao Rio Grande do Sul. Estudo seus problemas de engenharia — portuários, fluviais, de transporte. O riograndense é povo que admira. Tenho escrito a respeito. Certa ocasião, discursando, na presença do Governador Meneguetti, S. Ex.ª ficou espantado em face de minha familiaridade com os problemas do Estado. E isto vem de longe.

Sr. Deputados, tenho compreendido muito nitida da loucura que se cometeu, do crime que se praticou e a quanto vai custar o restabelecimento da normalidade daquela barra, para reconquistar a profundidade que a engenharia hidráulica conseguiu alcançar naquela região arenosa e difícil de trabalhar.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem; Palmas).

O SR. LEOPOLDO MACIEL:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem desta tribuna, o Ilustre Deputado e meu particular amigo Sr. José Raimundo, vindo de Minas Gerais, transmitiu sua apreensão ante o que se passa na Capital mineira e no nosso Estado. Naturalmente, as palavras de S. Ex.ª foram deturpadas, pelo ambiente de nervosismo reinante. Porque na realidade, em Minas a ordem está mantida e o Estado se acha em perfeita calma. Apenas o Governador do Estado tomou as providências necessárias para que essa ordem não fosse perturbada por elementos contumazes na prática de desordens em ocasiões como esta, ou por elementos sádicos, mas exaltados. Também o Exército ali está de prontidão, como é óbvio. Mas as autoridades estão agindo de comum acordo e dentro da maior prudência e cautela. Todos conhecem nesta Casa a brandura do Sr. Magalhães Pinto, o seu espírito conciliador, a sua mansidão. Entretanto, pode o Deputado José Raimundo estar tranquilo, porque a mansidão e a bondade do Sr. Magalhães Pinto não são características covardias. S. Ex.ª saberá agir na hora precisa. Dentro de sua mansidão, está o homem bravo e digno que saberá atuar com todas as forças de que dispõe e que forem necessárias à manutenção das instituições, da paz e da tranquilidade do povo mineiro e do povo brasileiro.

Fique, no tanto, repito, tranquilo o meu nobre e querido amigo Deputado José Raimundo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Está findo o tempo destinado ao expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

Compareçam mais os Srs.:

- Clélio Lemos. José Bonifácio. Alfredo Nasser. Breno Silveira. Antônio Baby. Valério Magalhães.

Amazônias:

- Adalberto Vale — PTE. Almino Afonso — PTB. Arthur Virgílio — PTB. Jayme Araújo — UDN.

Pará:

- Armando Carneiro — PSD. Epilogo de Campos — UDN. Ferro Costa — UDN. Gabriel Hermes — UDN. Océlio de Medeiros — PSD. Sílvio Braga — PSP.

Maranhão:

- Antônio Dino — PSD. Clodomir Millet — PSP. Cid Carvalho — PSD. Henrique La Roque — PSP.